

**PARECER Nº 016/2021-PSMV**

Processo nº: SRD 336731

Interessado: Comissão formada pela Determinação nº 216 de 10/12/2020, da  
CODEVASF/5ª SR.

Referência: Edital 23/2020 (licitação na forma eletrônica da Lei 13.303/2016)

Retornam estes autos eletrônicos, em atendimento aos despachos de págs. 917 e 918, para análise e parecer sobre o relatório de julgamento de págs. 912/916.

O certame correspondente ao Edital 23/2020 seguiu os princípios previstos na Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) e os previstos na Constituição Federal, art. 37, *caput*, abaixo transcritos:

Art. 31 da Lei 13.303 de 30/06/2016: *As licitações realizadas e os contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os **princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.***

Art. 37, *caput*, da CRFB/1988: *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.***

A Comissão promoveu várias diligências para tirar todas as dúvidas e subsidiar todas as decisões, conforme art. 20, inciso II, do *Regimento Interno das Comissões de Licitação e dos Pregoeiros*, aprovada pela Resolução nº 329, de 18 de março de 2020.

Por oportuno, registro que a prática da promoção de diligências, demonstrando o zelo dos servidores diretamente envolvidos com as contratações públicas, é reiteradamente incentivada pelo TCU – Tribunal de Contas da União:

*A Comissão pode, em qualquer fase da licitação, promover diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo (obviamente não é possível a inclusão de informação ou documento que deveria constar originariamente da proposta). Inclusive, “a promoção de diligência é incentivada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como ocorrido no Acórdão 2159/2016 do Plenário que indicou caber ao pregoeiro o encaminhamento de “diligência às licitantes a fim de suprir lacuna quanto às informações constantes das propostas, medida simples que privilegia a obtenção da proposta mais vantajosa e evita a desclassificação indevida de propostas”.<sup>1</sup>*

*Deficiências de experiência e de capacitação para o exercício de suas atribuições não são causas excludentes de culpabilidade de membros de comissões de licitação, os quais podem ser responsabilizados solidariamente quando não agem com os devidos zelo e diligência e ocasionam grave ofensa ao ordenamento jurídico. Acórdão 1844/2019-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER<sup>2</sup> ÁREA: Responsabilidade | TEMA: Licitação | SUBTEMA: Comissão de licitação.*

É o parecer, salvo melhor juízo.

Penedo-AL, 11 de fevereiro de 2021.

**Patrícia S. M. Vale**  
**OAB/PE 1274-B**

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.licitante.com.br/diligencia-licitacoes-proposta-desclassificacao/>, acesso: 11/02/2021.

<sup>2</sup> Disponível em <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/>, acesso: 11/02/2021.